

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Motivos de Reapresentação	54
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	67.501
Preferenciais	0
Total	67.501
Em Tesouraria	
Ordinárias	6
Preferenciais	0
Total	6

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	582.532	504.860
1.01	Ativo Circulante	263.399	181.874
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	95.632	90.692
1.01.01.01	Caixa restrito	3.346	5.724
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	92.286	84.968
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.581	14.314
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.581	14.314
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.581	14.314
1.01.03	Contas a Receber	145.843	58.127
1.01.03.01	Clientes	112.667	46.426
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	33.176	11.701
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	3.991	3.256
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	28.253	4.612
1.01.03.02.04	Dividendos a receber de controladas	0	1.938
1.01.03.02.05	Outras contas a receber	932	1.895
1.01.04	Estoques	66	105
1.01.07	Despesas Antecipadas	15.277	18.636
1.02	Ativo Não Circulante	319.133	322.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	105.165	108.023
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	22.461	22.159
1.02.01.01.03	Depósitos judiciais	22.461	22.159
1.02.01.06	Tributos Diferidos	62.760	70.494
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.760	70.494
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.944	15.370
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	19.944	15.370
1.02.02	Investimentos	90.037	89.612
1.02.02.01	Participações Societárias	90.037	89.612
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	90.037	89.612
1.02.03	Imobilizado	9.817	10.573
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.817	10.573
1.02.04	Intangível	114.114	114.778
1.02.04.01	Intangíveis	114.114	114.778
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	110.487	110.487
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	3.627	4.291

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	582.532	504.860
2.01	Passivo Circulante	235.657	165.507
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.807	3.469
2.01.02	Fornecedores	85.308	24.141
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	84.344	23.801
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	964	340
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.895	3.976
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.895	3.976
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	4.895	3.976
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.874	18.462
2.01.04.02	Debêntures	17.874	18.462
2.01.05	Outras Obrigações	122.773	115.459
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.050	30.484
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	30.050	30.484
2.01.05.02	Outros	92.723	84.975
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6.315
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	90.607	77.996
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	1.739	249
2.01.05.02.06	Outras obrigações	377	415
2.02	Passivo Não Circulante	46.096	53.880
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.696	25.072
2.02.01.02	Debêntures	16.696	25.072
2.02.02	Outras Obrigações	6.291	6.674
2.02.02.02	Outros	6.291	6.674
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	4.750	4.932
2.02.02.02.05	Outras obrigações	1.541	1.742
2.02.04	Provisões	23.109	22.134
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.476	21.523
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.476	21.523
2.02.04.02	Outras Provisões	633	611
2.02.04.02.04	Provisão para perdas em investimentos em controladas	633	611
2.03	Patrimônio Líquido	300.779	285.473
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	4.079	3.733
2.03.03	Reservas de Reavaliação	956	995
2.03.04	Reservas de Lucros	41.314	27.425
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	51.016	37.090
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-37	0
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	11.408	10.298

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	125.145	222.784	70.873	285.240
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.063	-174.740	-57.678	-247.820
3.03	Resultado Bruto	26.082	48.044	13.195	37.420
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.311	-24.940	-8.218	-16.976
3.04.01	Despesas com Vendas	-91	-346	-303	-716
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.099	-23.637	-12.015	-23.961
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-9.839	-19.579	-9.787	-19.171
3.04.02.02	Remuneração dos administradores	-1.260	-4.058	-2.228	-4.790
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	383	-254	-251	-114
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-504	-703	4.351	7.815
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	-504	-703	4.351	7.815
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.771	23.104	4.977	20.444
3.06	Resultado Financeiro	-2.342	-1.482	-1.771	-2.704
3.06.01	Receitas Financeiras	1.540	4.187	2.154	5.167
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.540	4.187	2.154	5.167
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.882	-5.669	-3.925	-7.871
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.644	-6.201	-2.942	-6.733
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquida	-1.238	532	-983	-1.138
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.429	21.622	3.206	17.740
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.481	-7.735	322	-3.509
3.08.02	Diferido	-4.481	-7.735	322	-3.509
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.948	13.887	3.528	14.231
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.948	13.887	3.528	14.231
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11773	0,20571	0,05051	0,20391
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,11620	0,20303	0,04990	0,20120

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	7.948	13.887	3.528	14.231
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.809	1.110	-3.448	-4.598
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.757	14.997	80	9.633

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.123	-62.279
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.291	25.728
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	13.887	14.231
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	703	-7.815
6.01.01.04	Depreciação e amortização	2.166	2.894
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	99	39
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.735	3.509
6.01.01.07	Financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais	4.120	12.276
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	346	253
6.01.01.09	Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	228	725
6.01.01.10	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	7	-384
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.168	-88.007
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-66.248	76.064
6.01.02.02	Estoques	39	0
6.01.02.03	Deposito bancário em garantia	0	553
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-735	-133
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	-23.641	3.312
6.01.02.06	Outras contas a receber	963	733
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-302	-1.105
6.01.02.08	Custos antecipados	3.359	4.242
6.01.02.09	Fornecedores	61.083	-11.372
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	737	-865
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	1.338	28
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	12.611	-159.001
6.01.02.13	Outras obrigações	3.628	-463
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.908	8.796
6.02.01	Recebimento de dividendos de controladas	1.938	9.693
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-763	-897
6.02.06	Aplicações financeiras	7.733	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.387	-20
6.03.02	Aquisição de ações próprias	-37	0
6.03.03	Partes relacionadas	-6.509	5.946
6.03.05	Pagamento de debêntures - principal	-8.333	0
6.03.06	Pagamento de debêntures - juros	-3.193	-3.987
6.03.07	Pagamentos de dividendos	-6.315	-1.979
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	674	-4.124
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.318	-57.627
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	84.968	129.365
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	92.286	71.738

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-37	0	0	0	-37
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-37	0	0	0	-37
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.887	1.110	14.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.887	0	13.887
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.110	1.110
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.110	1.110
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	307	39	0	0	346
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	39	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	346	0	0	0	346
5.07	Saldos Finais	243.022	-4.667	37.129	13.887	11.408	300.779

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-5.405	16.650	0	15.101	269.368
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-5.405	16.650	0	15.101	269.368
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.231	-4.598	9.633
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.231	0	14.231
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.598	-4.598
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.598	-4.598
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	211	42	0	0	253
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-42	42	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	253	0	0	0	253
5.07	Saldos Finais	243.022	-5.194	16.692	14.231	10.503	279.254

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	256.679	328.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	256.686	327.937
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7	384
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-181.093	-255.299
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-170.253	-242.012
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.514	-11.928
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-326	-1.359
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.586	73.022
7.04	Retenções	-2.166	-2.894
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.166	-2.894
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.420	70.128
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.940	12.799
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-703	7.815
7.06.02	Receitas Financeiras	4.719	4.266
7.06.03	Outros	-76	718
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.360	82.927
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.360	82.927
7.08.01	Pessoal	13.205	12.756
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.794	10.592
7.08.01.02	Benefícios	1.912	1.653
7.08.01.03	F.G.T.S.	499	511
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.301	49.192
7.08.02.01	Federais	34.161	36.805
7.08.02.03	Municipais	10.140	12.387
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.967	6.748
7.08.03.01	Juros	5.867	6.594
7.08.03.02	Aluguéis	100	154
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.887	14.231
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.887	14.231

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	687.125	538.390
1.01	Ativo Circulante	447.206	283.411
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.888	128.871
1.01.01.01	Caixa restrito	3.346	5.724
1.01.01.02	Caixa e equivalentes de caixa	169.542	123.147
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.581	14.314
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.581	14.314
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.581	14.314
1.01.03	Contas a Receber	225.179	113.453
1.01.03.01	Clientes	149.807	68.188
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	75.372	45.265
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	23.933	24.032
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	38.160	14.497
1.01.03.02.05	Outras contas a receber	13.279	6.736
1.01.04	Estoques	1.717	1.343
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.841	25.430
1.02	Ativo Não Circulante	239.919	254.979
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.579	104.355
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	25.033	24.780
1.02.01.01.03	Depósitos judiciais	25.033	24.780
1.02.01.06	Tributos Diferidos	65.827	73.139
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	65.827	73.139
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.719	6.436
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.719	6.436
1.02.03	Imobilizado	29.121	31.676
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	29.121	31.676
1.02.04	Intangível	118.219	118.948
1.02.04.01	Intangíveis	118.219	118.948
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	113.509	113.603
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	4.710	5.345

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	687.125	538.390
2.01	Passivo Circulante	331.305	194.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.911	5.462
2.01.02	Fornecedores	137.797	52.708
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	136.071	52.337
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.726	371
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.584	10.579
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.584	10.579
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	12.584	10.579
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.874	18.462
2.01.04.02	Debêntures	17.874	18.462
2.01.05	Outras Obrigações	156.139	106.795
2.01.05.02	Outros	156.139	106.795
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6.315
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	121.720	96.491
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	1.739	249
2.01.05.02.06	Outras obrigações	32.680	3.740
2.02	Passivo Não Circulante	53.808	56.794
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.696	25.072
2.02.01.02	Debêntures	16.696	25.072
2.02.02	Outras Obrigações	12.591	8.156
2.02.02.02	Outros	12.591	8.156
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	6.026	6.414
2.02.02.02.05	Outras obrigações	6.565	1.742
2.02.03	Tributos Diferidos	385	466
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	385	466
2.02.04	Provisões	24.136	23.100
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.136	23.100
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.136	23.100
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	302.012	287.590
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	4.079	3.733
2.03.03	Reservas de Reavaliação	956	995
2.03.04	Reservas de Lucros	41.314	27.425
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	51.016	37.090
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-37	0
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	11.408	10.298
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.233	2.117

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	170.908	308.425	223.535	557.523
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-135.937	-244.726	-187.789	-478.374
3.03	Resultado Bruto	34.971	63.699	35.746	79.149
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.333	-37.522	-22.221	-43.603
3.04.01	Despesas com Vendas	-221	-618	-711	-1.519
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.268	-37.254	-19.405	-38.793
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-16.730	-32.226	-16.991	-33.306
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.538	-5.028	-2.414	-5.487
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	156	350	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.105	-3.291
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.638	26.177	13.525	35.546
3.06	Resultado Financeiro	-1.866	-365	-6.278	-7.844
3.06.01	Receitas Financeiras	2.959	6.717	4.266	13.130
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.959	6.717	4.266	13.130
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.825	-7.082	-10.544	-20.974
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.833	-7.952	-6.867	-12.660
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquida	-992	870	-3.677	-8.314
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.772	25.812	7.247	27.702
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.616	-12.849	-4.080	-14.072
3.08.01	Corrente	-3.035	-5.550	-3.493	-5.219
3.08.02	Diferido	-4.581	-7.299	-587	-8.853
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.156	12.963	3.167	13.630
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.156	12.963	3.167	13.630
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.948	13.887	3.528	14.231
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-792	-924	-361	-601
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11773	0,20571	0,05051	0,20391

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,11620	0,20303	0,04990	0,20120

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.156	12.963	3.167	13.630
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.809	1.110	-3.448	-4.598
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.965	14.073	-281	9.032
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.757	14.997	80	9.633
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-792	-924	-361	-601

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.973	-105.761
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.726	27.240
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	12.963	13.630
6.01.01.04	Depreciação e amortização	4.850	5.989
6.01.01.05	Custo residual de ativo imobilizado baixado	103	60
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.299	8.853
6.01.01.07	Financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais	3.276	-1.755
6.01.01.08	Pagamentos baseados em ações	346	253
6.01.01.09	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	243	614
6.01.01.10	Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	646	-404
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	22.247	-133.001
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-82.310	92.263
6.01.02.02	Estoques	-389	-842
6.01.02.03	Deposito bancário em garantia	0	553
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-233	828
6.01.02.05	Adiantamentos a fornecedores	-23.671	7.428
6.01.02.06	Outras contas a receber	-6.677	-858
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-257	-1.190
6.01.02.08	Custos antecipados	-15.463	44.628
6.01.02.09	Fornecedores	85.138	-4.302
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	1.692	-3.880
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	1.474	5
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	25.229	-270.542
6.01.02.13	Outras obrigações	37.714	2.908
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.154	-2.388
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.579	-2.388
6.02.06	Aplicações financeiras	7.733	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.309	-15.128
6.03.02	Aquisição de ações próprias	-37	0
6.03.03	Partes relacionadas	4.569	-3.067
6.03.06	Pagamento de debêntures - principal	-8.333	0
6.03.07	Pagamento de debêntures - juros	-3.193	-3.987
6.03.08	Contratação de empréstimos e financiamentos	0	4.518
6.03.09	Pagamento de empréstimos e financiamentos	0	-10.613
6.03.10	Pagamentos de dividendos	-6.315	-1.979
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.577	5.312
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.395	-117.965
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.147	239.060
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	169.542	121.095

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473	2.117	287.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-4.937	37.090	0	10.298	285.473	2.117	287.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-37	0	0	0	-37	0	-37
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-37	0	0	0	-37	0	-37
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.887	1.110	14.997	-884	14.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.887	0	13.887	-924	12.963
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.110	1.110	40	1.150
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.110	1.110	40	1.150
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	307	39	0	0	346	0	346
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	39	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	346	0	0	0	346	0	346
5.07	Saldos Finais	243.022	-4.667	37.129	13.887	11.408	300.779	1.233	302.012

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-5.405	16.650	0	15.101	269.368	2.723	272.091
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-5.405	16.650	0	15.101	269.368	2.723	272.091
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.231	-4.598	9.633	-657	8.976
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.231	0	14.231	-601	13.630
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.598	-4.598	-56	-4.654
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.598	-4.598	-56	-4.654
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	211	42	0	0	253	0	253
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-42	42	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseado em ações	0	253	0	0	0	253	0	253
5.07	Saldos Finais	243.022	-5.194	16.692	14.231	10.503	279.254	2.066	281.320

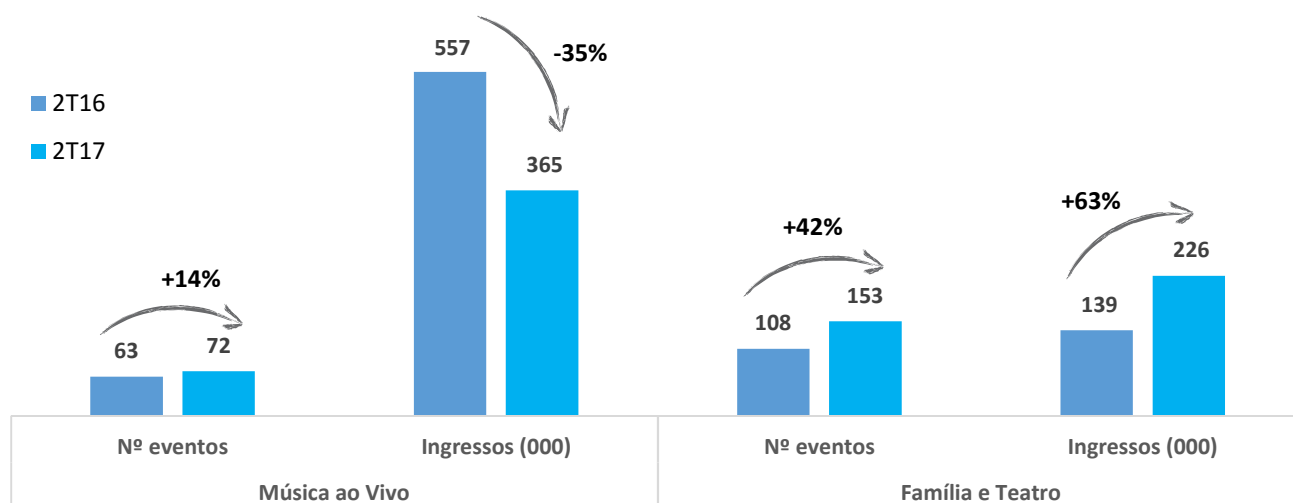
DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	345.176	630.663
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	345.822	630.259
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-646	404
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-254.052	-486.792
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-234.327	-454.907
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.367	-30.037
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-358	-1.848
7.03	Valor Adicionado Bruto	91.124	143.871
7.04	Retenções	-4.850	-5.989
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.850	-5.989
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.274	137.882
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.347	2.938
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-27
7.06.02	Receitas Financeiras	7.794	5.084
7.06.03	Outros	553	-2.119
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.621	140.820
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.621	140.820
7.08.01	Pessoal	19.713	21.580
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.658	18.691
7.08.01.02	Benefícios	2.390	2.154
7.08.01.03	F.G.T.S.	665	735
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.357	90.529
7.08.02.01	Federais	41.958	76.654
7.08.02.02	Estaduais	1.164	1.332
7.08.02.03	Municipais	10.235	12.543
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.588	15.081
7.08.03.01	Juros	7.834	14.216
7.08.03.02	Aluguéis	754	865
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.963	13.630
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.887	14.231
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-924	-601

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 (2T17). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado



Indicadores Operacionais

No 2T17 promovemos 225 eventos de música ao vivo, teatro e família com público pagante de 591 mil pessoas. Comparados ao 2T16, o número de eventos aumentou 32%, porém o número de ingressos reduziu 15%.

Em música ao vivo, realizamos 72 shows com 365 mil ingressos vendidos. Mesmo com crescimento de 14% no número de shows, foram vendidos 35% menos ingressos ano contra ano, devido à menor atividade em shows outdoor. No 2T16, promovemos 7 shows em estádios (Coldplay - 3x e Paul McCartney - 4x) e 56 shows indoor, enquanto, no 2T17 realizamos 3 shows em estádios (Justin Bieber - 2x e Elton John & James Taylor - 1x), 3 shows em arenas (Elton John & James Taylor) e 66 shows indoor.

Em família e teatro, o número de eventos e público pagante aumentaram, respectivamente, 42% e 63%. Enquanto no 2T16 apresentamos o musical *Wicked* e o *Disney on Ice* somente em São Paulo, no 2T17 promovemos o musical *Les Misérables*, *Disney on Ice* nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e a turnê do Circo da China em três capitais no Brasil.

Comentário do Desempenho

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Promoção de Eventos	432,7	187,6	-57%	171,7	105,3	-39%
Música ao Vivo	411,3	157,9	-62%	154,4	82,2	-47%
Eventos Família e Teatro	19,1	26,4	39%	15,7	21,0	34%
Eventos Esportivos	2,2	3,2	44%	1,6	2,1	32%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	68,3	86,0	26%	31,2	53,2	70%
Patrocínio	56,5	34,9	-38%	20,6	12,4	-40%
Promoção de Eventos	49,6	26,1	-47%	16,6	9,2	-45%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	6,9	8,7	26%	4,0	3,2	-20%
TOTAL	557,5	308,4	-45%	223,5	170,9	-24%

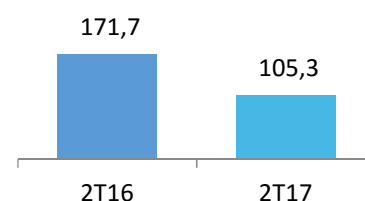
A receita líquida do 2T17 totalizou R\$170,9 milhões, 24% inferior ao 2T16.

A receita líquida na promoção de eventos foi de R\$105,3 milhões, resultado 39% inferior ao 2T16, principalmente pelo menor número de shows de estádios, com consequente redução no público pagante e preço médio dos ingressos. Importante ressaltar que em shows indoor, eventos de família e teatro e eventos esportivos houve crescimento tanto no número de ingressos quanto no preço médio dos ingressos vendidos nas mesmas categorias. A redução no preço médio dos ingressos vendidos apresentada em eventos de família e teatro deve-se unicamente ao mix de eventos.

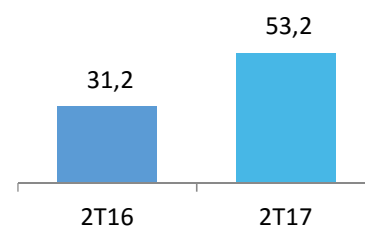
A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues aumentou 70% no 2T17 em relação ao 2T16, principalmente, pelo reconhecimento da taxa de conveniência dos ingressos vendidos para shows futuros próprios e de terceiros.

A receita líquida de patrocínios totalizou R\$12,4 milhões no 2T17, resultado 40% inferior ao apresentado no 2T16. Esta redução é reflexo de um cenário macroeconômico e político difícil no Brasil, resultando em uma contínua contenção das verbas de marketing das principais empresas.

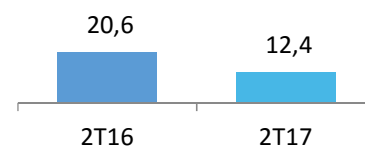
Promoção de Eventos
R\$ mm



Bilheteria, A&B e Venues
R\$ mm



Patrocínios
R\$ mm



Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Promoção de Eventos	11,7	6,4	-45%	10,6	6,4	-40%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	10,9	22,5	106%	4,5	16,2	261%
Patrocínio	56,5	34,9	-38%	20,6	12,4	-40%
Lucro Bruto	79,1	63,7	-20%	35,7	35,0	-2%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>14,2%</i>	<i>20,7%</i>	<i>6,5 p.p.</i>	<i>16,0%</i>	<i>20,5%</i>	<i>4,5 p.p.</i>

O lucro bruto atingiu R\$35,0 milhões no 2T17, resultado em linha com o 2T16, porém com 4,5 pontos percentuais de ganho na margem. O menor resultado na promotora e em patrocínios foi compensado pelo melhor resultado em operação de bilheteria, devido à maior venda de ingressos para shows próprios e de terceiros que serão promovidos no 2S17.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Vendas	(1,5)	(0,6)	-59%	(0,7)	(0,2)	-69%
Gerais e Administrativas	(33,3)	(32,2)	-3%	(17,0)	(16,7)	-2%
Remuneração dos Administradores	(5,5)	(5,0)	-8%	(2,4)	(1,5)	-36%
SG&A	(40,3)	(37,9)	-6%	(20,1)	(18,5)	-8%
Outras receitas (despesas) operacionais	(3,3)	0,4	-111%	(2,1)	0,2	-107%
Total	(43,6)	(37,5)	-14%	(22,2)	(18,3)	-17%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>7,8%</i>	<i>12,2%</i>	<i>4,3 p.p.</i>	<i>9,9%</i>	<i>10,7%</i>	<i>0,8 p.p.</i>

O compromisso da Companhia em manter uma estrutura enxuta e eficiente está refletido na redução de 8% nas despesas com vendas, gerais e administrativas e na remuneração dos administradores no 2T17. A redução de 17% no total reflete a provisão para contingências não recorrentes registradas no 2T16.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Resultado Líquido	13,6	13,0	-5%	3,2	7,2	126%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	14,1	12,8	-9%	4,1	7,6	87%
(+) Resultado Financeiro Líquido	7,8	0,4	-95%	6,3	1,9	-70%
(+) Depreciação	6,0	4,8	-19%	3,1	2,2	-27%
=EBITDA	41,5	31,0	-25%	16,6	18,9	14%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>7,4%</i>	<i>10,1%</i>	<i>2,6 p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>11,0%</i>	<i>3,6 p.p.</i>

Como consequência dos fatores descritos, o EBITDA no 2T17 foi de R\$18,9 milhões, com margem EBITDA de 11%, 3,6 pontos percentuais superior ao 2T16.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Receitas Financeiras	13,1	6,7	-49%	4,3	3,0	-31%
Juros Ativos	2,5	1,3	-50%	2,0	0,8	-62%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	10,5	5,3	-49%	2,3	2,2	-6%
Outros	0,0	0,1	135%	0,0	0,1	127%
Despesas Financeiras	(12,7)	(8,0)	-37%	(6,9)	(3,8)	-44%
Juros Passivos	(4,1)	(2,2)	-48%	(3,2)	(1,3)	-61%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(4,0)	(2,6)	-35%	(2,0)	(1,0)	-47%
Perdas com Operações de Swap	(0,5)	(0,7)	46%	-	-	n.a.
Impostos sobre Transações Financeiras	(2,9)	(1,5)	-49%	(1,3)	(1,0)	-24%
Outros	(1,2)	(1,0)	-10%	(0,3)	(0,5)	52%
Variação Cambial	(8,3)	0,9	-110%	(3,7)	(1,0)	-73%
Resultado Financeiro Líquido	(7,8)	(0,4)	-95%	(6,3)	(1,9)	-70%

No 2T17, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$1,9 milhão, versus R\$6,3 milhões no 2T16. A melhora no resultado financeiro líquido é consequência do menor endividamento e de um menor resultado negativo na variação cambial dos nossos instrumentos de hedge.

Resultado Líquido

Lucro Líquido (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Resultado Antes de Impostos	27,7	25,8	-7%	7,2	14,8	104%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(5,2)	(5,6)	6%	(3,5)	(3,0)	-13%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(8,9)	(7,3)	-18%	(0,6)	(4,6)	680%
Lucro Líquido	13,6	13,0	-5%	3,2	7,2	126%
Margem Líquida (%)	2,4%	4,2%	1,8 p.p.	1,4%	4,2%	2,8 p.p.

Como consequência dos fatores mencionados, o trimestre encerrado em 30 de junho de 2017 apresentou lucro líquido de R\$7,2 milhões, 126% superior ao 2T16 e com ganho de 2,8p.p. na margem líquida.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	2T16	1T17	2T17	Var. % (2T17/1T17)
Ativo	117,6	169,6	230,5	36%
Contas a Receber	68,7	90,9	149,8	65%
Estoques	2,3	1,8	1,7	-2%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	46,6	77,0	79,0	3%
Passivo	153,1	193,3	259,5	34%
Fornecedores	87,0	80,7	137,8	71%
Adiantamento de Clientes	66,2	112,6	121,7	8%
Capital de Giro	(35,6)	(23,7)	(29,0)	22%

Comentário do Desempenho

No 2T17 apresentamos capital de giro negativo de R\$29,0 milhões, versus R\$23,7 milhões no 1T17 e R\$35,6 milhões no 2T16. A manutenção do capital de giro negativo deve-se principalmente ao nosso modelo de negócios, no qual apresentamos venda antecipada de ingressos e patrocínios (registradas em adiantamentos de clientes), frente aos pagamentos dos gastos com fornecedores concentrados em sua grande maioria em datas próximas aos eventos relacionados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1S16	1S17	Var. %	2T16	2T17	Var. %
Fluxo de Caixa Operacional	(105,8)	52,0	-149%	(39,8)	52,5	-232%
Fluxo de Caixa de Investimento	(2,4)	6,2	-358%	(1,1)	(4,1)	279%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(15,1)	(13,3)	-12%	(7,7)	(2,5)	-67%
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	5,3	1,6	-70%	(1,0)	1,4	-232%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	(118,0)	46,4	-139%	(49,7)	47,2	-195%
Saldo de Caixa + Aplicações	121,1	176,1	45%	121,1	176,1	45%
Empréstimos e Financiamentos - CP	18,8	17,9	-5%	18,8	17,9	-5%
Empréstimos e Financiamentos - LP	33,4	16,7	-50%	33,4	16,7	-50%
Endividamento Total	52,3	34,6	-34%	52,3	34,6	-34%
Caixa (Dívida) Líquido	68,8	141,6	106%	68,8	141,6	106%

Encerramos o 2T17 com R\$176,1 milhões em caixa (R\$179,5 milhões considerando o caixa restrito), versus R\$125,8 milhões no 1T17 e R\$121,1 milhões no 2T16:

- Caixa operacional: geramos R\$52,5 milhões no 2T17. A conversão em caixa operacional de 2,8 vezes o EBITDA do período é resultado, principalmente, da venda de ingressos para shows próprios e de terceiros que serão promovidos no 2S17.
- Investimentos: foram consumidos R\$4,1 milhões devido (i) ao resgate de R\$3,2 milhões da aplicação em nota estruturada indexada em dólar e (ii) do dispêndio em capex de manutenção no valor de R\$ 949 mil.
- Financiamento: despendemos R\$2,5 milhões, dos quais R\$6,3 milhões foram através de pagamento de dividendos e R\$3,8 milhões recebimento de partes relacionadas.

Encerramos o 2T17 com: (i) endividamento total de R\$34,6 milhões (-34% vs. 2T16) e (ii) caixa líquido de R\$141,6 milhões (+106% vs. 2T16).

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

Em estádios: em agosto, promoveremos 2 shows de Marc Anthony em Lima e Arequipa e, em outubro, promoveremos 4 shows de Paul McCartney nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador, além do festival Villa Mix em São Paulo.

Comentário do Desempenho

Em arenas: em dezembro, promoveremos a turnê de Deep Purple & Lynyrd Skynyrd (5x) nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Buenos Aires e Santiago, além da turnê de Jamiroquai (2x) em Buenos Aires e Santiago.

Indoor

Em música *indoor*, já temos programados mais de 100 shows para o 2S17, incluindo importantes artistas internacionais e nacionais como: Hanson, Lindsey Stirling, David Garrett, The Wailers, Fifth Harmony, André Rieu, Maluma, Ricardo Arjona, Tini, Sou Luna, Nicky Jam, Trinca de Ases (Gal Costa, Gilberto Gil e Nando Reis), Roupas Nova, Maria Bethânia, Fábio Júnior, Marília Mendonça, entre outros.

▪ **Eventos Família e Teatro**

No 2S17, continuaremos apresentando o musical Les Misérables no Teatro Renault, e em setembro, o grande sucesso do cinema brasileiro, 2 Filhos de Francisco, estreará como musical no Teatro Cetip.

Em outubro, faremos 8 apresentações dos Harlem Globetrotters nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

▪ **Eventos Esportivos**

No 2S17, promoveremos 8 das 12 etapas da Stock Car, 5 das 8 etapas da Copa Petrobras de Marcas e do Campeonato Brasileiro de Turismo e 6 das 8 etapas do Mercedes-Benz Challenge.

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

- As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting” aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

- As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº14). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 28).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em trimestres anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº14). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

Notas Explicativas

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

Notas Explicativas

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 29) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 30 de junho de 2017.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 32).

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no semestre em que são incorridos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de junho de 2017, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

Notas Explicativas

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras de todas as investidas para a mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2017	2016		2017	2016
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	100,00	100,00	T4F Entrenimientos Argentina S.A. ⁽⁵⁾	1,71	1,71
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entrenimientos S.A.C.	99,99	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entrenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Bizarro Producciones SpA.	60,00	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e a receita líquida dos semestres de 2017 e de 2016:

Controladas:	30/06/2017			31/12/16		30/06/16
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	1.375	1.065	-	1.352	1.063	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	16.358	673	4.453	18.654	1.783	6.340
Metropolitan Empreendimentos S.A.	14.234	14.866	6.859	7.172	7.783	5.525
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	16.635	2.710	11.400	14.181	3.904	12.155
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	101.948	57.735	20.015	54.884	14.563	32.084
T4F USA Inc.	2.501	3	-	2.428	3	-
Ticket Co. SpA	170.622	164.323	3.586	163.423	157.339	3.750
Vicar Promoções Desportivas S.A.	14.854	7.028	7.383	18.900	8.296	8.862
T4F Peru Entrenimientos S.A.C.	8.910	10.131	1.313	2.223	2.174	1
T4F Bizarro Producciones SpA.	35.251	35.104	29.578	23.924	22.610	38.592
T4F Entrenimientos Argentina S.A.	26.113	24.496	6.264	14.970	11.416	167.929

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entrenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entrenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entrenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entrenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Bizarro Producciones SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.

Notas Explicativas

- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Caixa e bancos (c)	9.506	1.749	24.262	8.989
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	64.219	72.149	125.212	88.303
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	16.237	423	16.819	501
Operação compromissada - DI (b)	2.324	10.647	3.249	25.354
Total	92.286	84.968	169.542	123.147

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Crédito Privado e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (88% a 100% em 31 de dezembro de 2016), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

6.b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicações em Certificado de Operações Estruturadas (“COE”) que é um certificado que representa um conjunto único de direitos e obrigações cuja rentabilidade para o Cliente no vencimento depende da variação dos Indexadores de Referência do COE, a Companhia indexou as operações de acordo com o Dólar PTAX no valor de R\$6.581 em 30 de junho de 2017 (R\$14.314 em 31 de dezembro de 2016).

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$3.346 (R\$5.724 em 31 de dezembro de 2016).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Clientes faturados (i)	4.251	6.483	20.141	20.523
Bilheteria (ii)	103.229	30.242	122.006	38.136
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	5.423	9.931	13.239	14.388
Total das contas a receber	112.903	46.656	155.386	73.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(236)	(230)	(5.579)	(4.859)
Total	112.667	46.426	149.807	68.188

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
A vencer:	112.230	44.902	137.099	62.519
Vencidas:				
Até 30 dias	190	800	11.297	3.953
De 31 a 60 dias	122	88	957	294
De 61 a 90 dias	125	636	353	1.781
De 91 a 180 dias	25	33	638	145
Há mais de 180 dias	211	197	5.042	4.355
Total das contas a receber	112.903	46.656	155.386	73.047

Notas Explicativas

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	230	4.859
(+) Adições	7	734
(-) Reversões e baixas	(1)	(14)
Saldos em 30 de junho de 2017	236	5.579

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
IRPJ/CSLL - antecipações	-	-	989	2.606
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.696	1.689	8.082	7.032
Programa de Integração Social - PIS	-	-	39	18
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	168	85
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.837	3.056
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	1.390	3.071
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	5.402	4.673
Outros	1.295	1.567	3.026	3.491
Total	3.991	3.256	23.933	24.032

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.671	4.105	8.547	8.149
Outros	26.582	507	29.613	6.348
Total	28.253	4.612	38.160	14.497

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Eventos, shows e espetáculos contratados	13.383	17.665	36.398	22.296
Outros	1.894	971	4.443	3.134
Total	15.277	18.636	40.841	25.430
Circulante	15.277	18.636	40.841	25.430

12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	30/06/17			31/12/16		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	950	-	-	950	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	2.427	(3.054)	-	4.029	(8.348)
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	-	4.379	108	-	3.851	151
F.A. Comércio e Participações S.A.	-	-	-	-	-	2
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	12.622	-	(2.919)	11.241	-	(5.098)
Ocesa Entretenimento, S.A. de C.V.	-	-	-	-	-	19
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	619	-	-	589	-	(48)
T4F Chile S.A. (ii)	-	18.930	(534)	-	18.397	1.154
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	-	1.912	(28)	-	1.884	(493)
T4F USA Inc. (iii)	-	2.402	(79)	-	2.323	(44)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	855	-	535	486	-	1.091
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	4.898	-	298	2.104	-	(617)
Total	19.944	30.050	(5.673)	15.370	30.484	(12.231)

Notas Explicativas

Consolidado:

	Categoria	30/06/17		31/12/16	
		Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	3.169	576	3.188	151
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	-	-	-	2
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	-	-	-	19
Eventos Bizarro SpA.	Outras partes relacionadas	(1.450)	-	3.248	-
Total		1.719	576	6.436	172

(i) Em janeiro de 2015, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional, no montante de R\$12.000. O empréstimo é atualizado anualmente pelo CDI e por juros de 2%.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/06/17				30/06/16			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	213	-	-	213	223	-	-	223
Diretores estatutários	2.141	1.440	264	3.845	2.385	1.996	186	4.567
Total	2.354	1.440	264	4.058	2.608	1.996	186	4.790

Consolidado	30/06/17				30/06/16			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	213	-	-	213	223	-	-	223
Diretores estatutários	2.860	1.691	264	4.815	2.724	2.354	186	5.264
Total	3.073	1.691	264	5.028	2.947	2.354	186	5.487

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017 foi fixado em R\$11.689 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2017

Controladas diretas ou indiretas	Lucro líquido		Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
	Patrimônio líquido	(prejuízo) do período				
Time for Fun Mídia Ltda	310	21	99,99	21	-	310
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	15.685	(1.187)	100,00	(1.187)	-	15.684
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(632)	(21)	99,99	(21)	(633)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A	1.616	(1.848)	98,29	(1.816)	-	1.589
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	13.925	3.648	99,99	3.648	-	13.924
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	44.213	2.932	100,00	2.932	-	44.213
T4F USA Inc.	2.498	35	100,00	35	-	2.499
Ticket Co. SpA.	6.299	41	100,00	41	-	6.300
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(1.222)	(1.234)	99,99	(1.234)	-	(1.222)
T4F Bizarro Producciones SpA.	147	(1.268)	60,00	(761)	-	88
Vicar Promoções Desportivas S.A.	7.826	(2.778)	85,00	(2.361)	-	6.652
Total				(703)	(633)	90.037

Notas Explicativas

a.2) 31 de dezembro de 2016

Controladas diretas ou indiretas	Lucro líquido		Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
	Patrimônio líquido	(prejuízo) de exercício				
Time for Fun Mídia Ltda	289	35	99,99	35	-	289
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	16.871	(322)	100,00	(322)	-	16.871
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(611)	(757)	99,99	(757)	(611)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	3.554	5.578	98,29	5.483	-	3.493
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	10.277	7.750	99,99	7.750	-	10.276
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	40.321	3.342	100,00	3.342	-	40.321
T4F USA Inc.	2.425	(144)	100,00	(144)	-	2.425
Ticket Co. SpA.	6.084	247	100,00	247	-	6.084
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	49	(1.353)	99,99	(1.353)	-	49
T4F Bizarro Producciones SpA.	1.315	253	60,00	152	-	789
Vicar Promoções Desportivas S.A.	10.604	(4.453)	85,00	(3.785)	-	9.015
Total				10.648	(611)	89.612

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de junho de 2017 e de 2016.

	Controladora	Controladora
	30/06/17	30/06/16
Saldo inicial do investimento líquido	89.001	70.737
Equivalência patrimonial	(703)	7.815
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	1.106	(4.587)
Dividendos de controladas	-	(7.270)
Saldo final do investimento líquido	89.404	66.695
Provisão para perdas em investimentos em controladas	633	23.198
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	90.037	89.893

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	3.022	3.116
Total	110.487	110.487	113.509	113.603

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos", no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Na preparação do fluxo de caixa foi utilizada uma taxa de desconto de 13% e de crescimento de 5%. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Notas Explicativas**14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS**

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	213	219
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.099	76.000	98.389	98.332
Móveis e utensílios	4.971	4.968	9.742	9.700
Máquinas e equipamentos	14.130	13.985	37.704	37.264
Equipamentos de processamento de dados	7.588	7.510	12.762	12.490
Estruturas	9.054	9.053	21.114	20.971
Veículos	862	419	6.483	6.030
Imobilizado em andamento	103	123	147	164
Total	112.807	112.058	186.554	185.170

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(74.020)	(73.797)	(92.657)	(91.992)
Móveis e utensílios	6	(3.525)	(3.339)	(7.405)	(7.030)
Máquinas e equipamentos	12	(9.492)	(9.141)	(24.810)	(23.634)
Equipamentos de processamento de dados	18	(6.861)	(6.603)	(11.431)	(10.957)
Estruturas	13	(8.709)	(8.252)	(15.465)	(14.445)
Veículos	20	(383)	(353)	(5.665)	(5.436)
Total		(102.990)	(101.485)	(157.433)	(153.494)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	213	219
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.079	2.203	5.732	6.341
Móveis e utensílios	1.446	1.629	2.337	2.670
Máquinas e equipamentos	4.638	4.844	12.894	13.630
Equipamentos de processamento de dados	727	907	1.331	1.533
Estruturas	345	801	5.649	6.525
Veículos	479	66	818	594
Imobilizado em andamento	103	123	147	164
Total	9.817	10.573	29.121	31.676

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Custo	-	11.800	11.800	16.692	16.574
Amortização	20	(8.173)	(7.509)	(11.982)	(11.229)
Total		3.627	4.291	4.710	5.345

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/06/17		31/12/16	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	606	(412)	194	212
Máquinas e equipamentos	2.129	(942)	1.187	1.226
Equipamentos de processamento de dados	209	(142)	67	69
	28.278	(26.830)	1.448	1.507
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(492)	(512)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			956	995

Notas Explicativas

Consolidado:

	30/06/17		31/12/16	
	Depreciação acumulada	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.182	(907)	275	305
Máquinas e equipamentos	3.912	(2.204)	1.708	1.773
Equipamentos de processamento de dados	276	(206)	70	72
	<u>30.704</u>	<u>(28.651)</u>	<u>2.053</u>	<u>2.150</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(698)	(731)
Eliminações do consolidado (i)			(399)	(424)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>956</u>	<u>995</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Saldo inicial	10.573	12.893	31.677	37.790
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	99	216	129	599
Móveis e utensílios	3	386	22	762
Máquinas e equipamentos	145	239	495	1.385
Equipamentos de processamento de dados	78	132	247	340
Estruturas	-	241	148	675
Veículos	442	-	452	-
Adiantamentos de imobilizado	78	512	81	408
Total de adições	<u>845</u>	<u>1.726</u>	<u>1.574</u>	<u>4.169</u>
Baixas líquidas	(99)	(56)	(103)	53
Depreciação	(1.502)	(3.990)	(4.008)	(9.520)
Efeitos de variação cambial	-	-	(19)	(816)
	<u>(1.601)</u>	<u>(4.046)</u>	<u>(4.130)</u>	<u>(10.283)</u>
Saldo final	<u>9.817</u>	<u>10.573</u>	<u>29.121</u>	<u>31.676</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$384, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de junho de 2017, há aproximadamente R\$14.780, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Saldo inicial	4.291	5.678	5.344	7.136
Adições:				
Software	-	1	205	297
Amortização ⁽¹⁾	(664)	(1.388)	(842)	(1.819)
Baixas líquidas	-	-	3	(269)
Saldo final	<u>3.627</u>	<u>4.291</u>	<u>4.710</u>	<u>5.345</u>

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 24.b).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Fornecedores nacionais	84.344	23.801	136.071	52.337
Fornecedores estrangeiros	964	340	1.726	371
Total	<u>85.308</u>	<u>24.141</u>	<u>137.797</u>	<u>52.708</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a	Controladora		Consolidado	
		30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Debêntures (a)	CDI + 2,40%	34.456	43.377	34.456	43.377
Empréstimo (b)	3,5%	114	157	114	157
Total		<u>34.570</u>	<u>43.534</u>	<u>34.570</u>	<u>43.534</u>
Parcela do passivo circulante		17.874	18.462	17.874	18.462
Parcela do passivo não circulante		16.696	25.072	16.696	25.072

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora e Consolidado
2018	8.362
2019	8.334
Total	<u>16.696</u>

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015, o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

A modalidade de crédito BNDES - Fname crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo KM de Vantagens Hall em Belo Horizonte.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
COFINS a recolher	2.112	1.695	2.230	2.343
PIS a recolher	458	367	483	506
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.799	1.284	2.143	1.657
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	5.453	2.249
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	284	252	166	252
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	214	292
IVA - imposto de valor agregado	-	-	1.179	2.272
ICMS a recolher - faturamento	(37)	-	(186)	-
INSS de terceiros a recolher	163	229	277	332
Outros	116	149	309	350
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	316	326
Passivo circulante	<u>4.895</u>	<u>3.976</u>	<u>12.584</u>	<u>10.579</u>
Parcelamento de ISS (b)	894	935	894	935
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	3.856	3.997	3.856	3.997
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.276	1.482
Passivo não circulante	<u>4.750</u>	<u>4.932</u>	<u>6.026</u>	<u>6.414</u>

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de junho de 2017, o saldo remanescente era de R\$3.856 (R\$3.997 em 31 de dezembro de 2016). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPD), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de junho de 2017 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.177 (R\$1.187 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

Notas Explicativas

(d) Em 30 de junho de 2017 a controlada no exterior T4F Entrenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 107 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 38 meses).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Contratos de "naming rights" (a)	14.792	3.834	14.792	3.834
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	8.047	6.083	22.954	15.563
Eventos privados (b.2)	310	795	429	1.034
Vendas antecipadas de ingressos (c)	67.458	67.284	83.457	75.724
Locação de equipamentos	-	-	88	336
Total	90.607	77.996	121.720	96.491

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica "Caixa restrito" (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor	
		aprovado	
		30/06/17	31/12/16
Wicked	15 9521	18.106	-
Les Misérables	16 3306	14.935	1.739
Total		33.041	1.739

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Trabalhistas	7.543	6.661	8.583	7.650
Cíveis	14.753	14.686	15.121	15.027
Tributários	180	176	432	423
Total	22.476	21.523	24.136	23.100
Não circulante	22.476	21.523	24.136	23.100

Notas Explicativas

20.1) Provisões tributárias

Em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 92.201 (R\$81.076 em 31 de dezembro de 2016).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2017, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 34.410.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2017, o valor estimado do processo é R\$ 11.978 (R\$11.692 em 31 de dezembro de 2016).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2017, o valor envolvido era de R\$ 5.140 (R\$5.007 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2017, o valor atualizado dos dois processos é de R\$11.606 (R\$11.158 em 31 de dezembro de 2016).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autou a Companhia no montante aproximado de R\$14.268 em 30 de junho de 2017, visando anular as supostas infrações atuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, qual foi julgado parcialmente procedente, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 40% do lançamento. Em 30 de junho de 2017, o valor atualizado do débito classificado com perda possível é de R\$7.531 (R\$7.784 em 31 de dezembro de 2016).

20.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2017 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$10.051 (R\$10.517 em 31 de dezembro de 2016).

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de junho de 2017 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 26.796 (R\$23.987 em 31 de dezembro de 2016).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de junho de 2017 é de aproximadamente R\$2.107 (R\$2.039 em 31 de dezembro de 2016) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

Notas Explicativas

b) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) a saber: (i) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.076, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (ii) ACP proposta pela ADECON - Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$2.244 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em 2ª instância e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível, e aguarda-se julgamento de recurso do autor da ação.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$970, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$316.889, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de junho de 2017 o valor em discussão é de R\$ 1.463 (R\$1.402 em 31 de dezembro de 2016). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2017, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$25.033 (R\$24.780 em 31 de dezembro de 2016).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/16	Provisão (reversão)	Atualização monetária	30/06/17
Trabalhistas	6.661	237	645	7.543
Cíveis	14.686	(9)	76	14.753
Tributário	176	-	4	180
Total	21.523	228	725	22.476

Consolidado	31/12/16	Provisão (reversão)	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/17
Trabalhistas	7.650	230	713	(10)	8.583
Cíveis	15.027	13	90	(9)	15.121
Tributário	423	-	9	-	432
Total	23.100	243	812	(19)	24.136

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se substancialmente a valores a repassar de bilheteria de eventos de terceiros.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 32).

Notas Explicativas

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento (“Programa de Recompra” ou “Programa”).

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Mercado das Ações (R\$ mil)*
6.000	37	6,19	6,21	6,26	37

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Receita bruta:				
Serviços	143.744	256.280	80.363	326.845
Produtos	223	406	706	1.092
Impostos incidentes	(18.822)	(33.902)	(10.196)	(42.697)
Receita líquida	125.145	222.784	70.873	285.240

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Receita bruta:				
Serviços	186.951	330.910	241.754	611.575
Produtos	5.251	14.912	5.406	18.684
Impostos incidentes	(21.294)	(37.397)	(23.625)	(72.736)
Receita líquida	170.908	308.425	223.535	557.523

24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 25)	(5.721)	(13.007)	(5.667)	(12.270)
Serviços de terceiros	(4.880)	(9.689)	(5.364)	(10.161)
Utilidades e facilidades	(305)	(615)	(255)	(536)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	(7)	(16)	384
Outras despesas operacionais	(285)	(665)	(1.016)	(2.094)
Despesas operacionais	(11.190)	(23.983)	(12.318)	(24.677)
Vendas	(91)	(346)	(303)	(716)
Gerais e administrativas	(9.839)	(19.579)	(9.787)	(19.171)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(1.260)	(4.058)	(2.228)	(4.790)
Total das despesas por natureza	(11.190)	(23.983)	(12.318)	(24.677)

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 25)	(9.307)	(19.823)	(9.878)	(20.370)
Serviços de terceiros	(6.270)	(12.719)	(7.014)	(13.557)
Utilidades e facilidades	(1.201)	(2.448)	(1.054)	(2.293)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(571)	(646)	(62)	404
Outras despesas operacionais	(1.140)	(2.236)	(2.108)	(4.496)
Despesas operacionais	(18.489)	(37.872)	(20.116)	(40.312)
Vendas	(221)	(618)	(711)	(1.519)
Gerais e administrativas	(16.730)	(32.226)	(16.991)	(33.306)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(1.538)	(5.028)	(2.414)	(5.487)
Total das despesas por natureza	(18.489)	(37.872)	(20.116)	(40.312)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(50.299)	(84.512)	(21.467)	(141.190)
Transportes e locações	(10.474)	(22.888)	(12.012)	(35.080)
Serviços de terceiros	(15.508)	(24.133)	(6.995)	(23.113)
Viagens e locomoção	(2.605)	(4.060)	(2.375)	(3.917)
Utilidades e facilidades	(7.012)	(13.955)	(5.343)	(11.354)
Mídia e publicidade	(5.215)	(8.915)	(3.209)	(7.175)
Depreciação e amortização	(912)	(2.166)	(1.552)	(2.894)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 25)	(990)	(1.559)	(1.038)	(2.216)
Custos de produção	(6.048)	(12.552)	(3.687)	(20.881)
Total	(99.063)	(174.740)	(57.678)	(247.820)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(57.827)	(101.014)	(63.408)	(215.071)
Transportes e locações	(14.730)	(29.497)	(18.009)	(45.304)
Serviços de terceiros	(20.188)	(32.322)	(16.980)	(46.727)
Viagens e locomoção	(3.248)	(4.793)	(4.161)	(6.739)
Utilidades e facilidades	(8.533)	(16.335)	(9.266)	(19.147)
Mídia e publicidade	(7.178)	(11.431)	(6.946)	(12.285)
Depreciação e amortização	(2.234)	(4.850)	(3.090)	(5.989)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 25)	(2.286)	(4.430)	(3.126)	(6.624)
Custos de produção	(19.713)	(40.054)	(62.803)	(120.488)
Total	(135.937)	(244.726)	(187.789)	(478.374)

25. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Salários e bonificações	(3.135)	(5.746)	(3.315)	(6.523)
Despesa de férias	(310)	(913)	(319)	(906)
Despesa de 13º salário	(238)	(444)	(240)	(455)
Encargos sociais	(1.190)	(2.592)	(1.428)	(2.872)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(806)	(2.894)	(356)	(1.978)
Pagamentos baseados em ações	(155)	(346)	(172)	(252)
Outros benefícios a empregados (i)	(877)	(1.631)	(875)	(1.500)
Total de despesas com benefícios a empregados	(6.711)	(14.566)	(6.705)	(14.486)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(990)	(1.559)	(1.038)	(2.216)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(5.721)	(13.007)	(5.667)	(12.270)
Total	(6.711)	(14.566)	(6.705)	(14.486)

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Salários e bonificações	(6.623)	(12.314)	(7.924)	(15.440)
Despesa de férias	(422)	(1.271)	(450)	(1.294)
Despesa de 13º salário	(399)	(765)	(405)	(811)
Encargos sociais	(2.110)	(4.315)	(2.511)	(5.116)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(806)	(2.951)	(356)	(2.037)
Pagamentos baseados em ações	(155)	(346)	(173)	(253)
Outros benefícios a empregados (i)	(1.078)	(2.291)	(1.186)	(2.044)
Total de despesas com benefícios a empregados	(11.593)	(24.253)	(12.649)	(26.995)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(2.286)	(4.430)	(3.126)	(6.624)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(9.307)	(19.823)	(9.878)	(20.370)
Total	(11.593)	(24.253)	(13.004)	(26.994)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(230)	(400)	(264)	(524)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(177)	(334)	(16)	(139)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(669)	-	(458)
Juros com debêntures	(1.048)	(2.605)	(1.990)	(3.986)
Outras	(1.189)	(2.193)	(672)	(1.626)
Total	(2.644)	(6.201)	(2.942)	(6.733)

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(1.268)	(2.155)	(3.234)	(4.136)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(987)	(1.486)	(1.295)	(2.928)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(669)	-	(458)
Juros com debêntures	(1.048)	(2.605)	(1.990)	(3.986)
Outras	(530)	(1.037)	(348)	(1.152)
Total	(3.833)	(7.952)	(6.867)	(12.660)

Notas Explicativas

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	202	386	432
Rendimentos de aplicações financeiras	1.445	3.851	1.443	4.110
Outras	95	134	325	625
Total	1.540	4.187	2.154	5.167

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Receitas financeiras:				
Juros ativos	751	1.285	1.959	2.549
Rendimentos de aplicações financeiras	2.149	5.331	2.281	10.538
Outras	59	101	26	43
Total	2.959	6.717	4.266	13.130

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(1.649)	(2.595)	(6.796)	(17.541)
Ativas	661	2.473	5.388	15.600
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(39)	(82)	(68)	(147)
Ativas	(211)	736	493	950
Total	(1.238)	532	(983)	(1.138)

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(1.702)	(6.510)	(4.882)	(19.985)
Ativas	719	6.262	529	10.411
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(46)	(95)	(72)	(158)
Ativas	37	1.213	748	1.418
Total	(992)	870	(3.677)	(8.314)

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	394	(237)	(907)	(884)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(7)	(7)	28	23
Outras	(4)	(10)	628	747
Total	383	(254)	(251)	(114)

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(181)	(880)	(3.003)	(4.539)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(50)	(49)	10	5
Outras	387	1.279	888	1.243
Total	156	350	(2.105)	(3.291)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
IRPJ e CSLL diferidos	(4.481)	(7.735)	322	(3.509)
Total	(4.481)	(7.735)	322	(3.509)

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Despesa de IRPJ corrente	(2.962)	(5.273)	(3.406)	(4.990)
Despesa de CSLL	(74)	(277)	(87)	(229)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.581)	(7.299)	(587)	(8.853)
Total	(7.616)	(12.849)	(4.080)	(14.072)

Notas Explicativas

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	12.429	21.622	3.206	17.740
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(4.226)	(7.351)	(1.090)	(6.032)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(19)	(27)	(8)	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	(171)	(239)	1.479	2.657
Plano de remuneração baseado em ações	(53)	(118)	(59)	(86)
Outros itens	(12)	-	-	-
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(4.481)	(7.735)	322	(3.509)
% alíquota efetiva	36%	36%	-10%	20%

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	14.772	25.812	7.247	27.702
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(5.022)	(8.776)	(2.464)	(9.419)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(18)	(30)	(35)	(164)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(938)	(762)	(376)	(2.183)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	378	648	200	769
Controlada tributada no exterior	(1.963)	(3.811)	(1.346)	(2.989)
Plano de remuneração baseado em ações	(53)	(118)	(59)	(86)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(7.616)	(12.849)	(4.080)	(14.072)
% alíquota efetiva	52%	50%	56%	51%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/16	Variação de 01/04/17 a 30/06/17		30/06/17	
		Variação do semestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes		
Controladora					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	14.318	(4.035)	(8.070)	6.248	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78	2	2	80	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.318	253	324	7.642	
Prejuízos fiscais	34.500	(1.046)	28	34.528	
Base negativa de CSLL	13.298	(377)	10	13.308	
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(763)	10	20	(743)	
Outras provisões	1.745	714	(48)	1.697	
Total do ativo líquido	70.494	(4.479)	(7.734)	62.760	
Consolidado					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	14.318	(4.035)	(8.070)	-	6.248
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	141	5	(59)	1	84
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.531	241	100	5	7.636
Prejuízos fiscais	34.500	(1.432)	(29)	-	34.471
Base negativa de CSLL	13.298	(377)	10	-	13.308
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(763)	10	20	-	(743)
Outras provisões	4.114	1.061	785	(74)	4.824
Total do ativo	73.139	(4.526)	(7.244)	(68)	65.827
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(466)	37	82	-	(385)
Total do passivo	(466)	37	82	-	(385)
Total líquido	72.673	(4.489)	(7.162)	(68)	65.443

Notas Explicativas

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/17	31/12/16
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	30.306	26.577
Diferenças temporárias dedutíveis	(28)	68
	30.278	26.645
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	10.295	9.059

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos trimestres.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	3.867	1.627
2018	8.952	8.952
2019	5.728	5.728
2020	7.171	7.171
2021	7.966	7.966
2022	8.699	8.699
2023	9.154	9.154
2024	11.223	16.530
Total	62.760	65.827

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 22).

29.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/17	31/12/16
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(34.570)	(43.534)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	9.506	1.749
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	89.361	97.533
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	19.944	15.370
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	12.1	(30.050)	(30.484)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	112.667	46.426
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(85.308)	(24.141)
Total de exposição			81.550	62.919
Efeito no resultado			(4.425)	(10.552)

Notas Explicativas

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/06/17	31/12/16
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(34.570)	(43.534)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	24.262	8.989
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	151.861	128.472
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	1.719	6.436
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	149.807	68.188
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(137.797)	(52.708)
Total de exposição			155.282	115.843
Efeito no resultado			3.303	(2.368)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 26).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 30 de junho de 2017, o Grupo não possui esse tipo de instrumentos financeiros contratados.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólar	9.506	1.749	9.506	1.749
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólar	6.581	14.314	6.581	14.314
Mútuo com controlada no Peru	Empréstimos e recebíveis	Dólar	4.898	2.103	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(23.244)	(22.604)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(964)	(340)	(1.726)	(371)
Total de exposição			(3.223)	(4.778)	14.361	15.692
Efeitos no resultado			(60)	(1.309)	226	399

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de junho de 2017 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		30/06/17	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(34.455)	(37.323)	(38.039)	(38.756)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(114)	(118)	(118)	(120)
Aplicações financeiras	Redução	82.780	89.540	91.181	92.925
Exposição líquida		48.211	52.099	53.024	54.049

	Risco	Consolidada			
		30/06/17	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(34.455)	(37.256)	(37.955)	(38.658)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(114)	(118)	(119)	(120)
Aplicações financeiras	Redução	145.280	171.732	178.343	184.962
Exposição líquida		110.711	134.358	140.269	146.184

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$3.888 e R\$23.647 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2017.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$4.813 e R\$29.558 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$5.838 na controladora e de R\$35.473 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de junho de 2017 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		30/06/17	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	9.506	9.482	11.853	14.224
Fornecedores	Aumento	(964)	(962)	(1.202)	(1.442)
Exposição líquida		8.542	8.520	10.651	12.782

	Risco	Consolidado			
		30/06/17	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	24.262	24.202	30.252	36.303
Aplicações financeiras	Redução	6.581	6.565	8.206	9.847
Fornecedores	Aumento	(1.726)	(1.722)	(2.152)	(2.583)
Exposição líquida		29.117	29.045	36.306	43.567

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$22 e R\$72 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.109 e R\$7.189 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$4.240 e R\$14.450 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 26).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/17	31/12/16
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	76.163	63.896
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	138.432	124.706
		<u>214.595</u>	<u>188.602</u>

31. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 30 de junho de 2017 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	14.412	18.857
Do 2º ao 5º ano	39.621	40.829
Total	<u>54.033</u>	<u>59.686</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$50.027.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque de Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos administrativos contra a Inspiração é de R\$ 28.713 para 30 de junho de 2017.

Notas Explicativas

32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo "Black & Scholes". Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado até 2016	Valores registrados no resultado em 2017	Valores a registrar em períodos futuros
2012	438.300	26	-	-
2013	406.000	32	7	-
2014	1.322.000	19	-	-
2015	950.000	141	68	168
2016	488.000	413	272	808
Total	3.604.300	631	347	976

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado										
	28/09/2007	01/10/2007	23/02/2010	04/07/2012	24/10/2012	01/07/2013	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015	28/04/2016	
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13	1	8	1	6
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/2017	01/10/2014	23/02/2017	15/04/2017		01/07/2017	01/07/2018	30/12/2018	14/04/2020		27/04/2021
Volatilidade do preço da ação	32,98%			34,60%	34,60%	37,39%	36,85%	38,80%	41,72%		54,77%
Taxa de juros livre de risco	12,06%			12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%		13,25%
Preço para exercício por opção R\$	10,98			11,93	11,93	6,02	5,03	4,77	2,36		6,03
Indexador	Não indexado			Indexado pelo IGP-M				Não indexado	Indexado pelo IGP-M		Não indexado
Preço para trimestre, corrigido - R\$	10,98			15,52	15,52	7,37	5,79	4,77	2,63		4,77
Valor justo por opção - R\$:											
Série 1	5,02	5,02	-	5,04	1,54	1,51	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50
Série 2	5,02	5,02	1,48	5	1,95	1,68	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07	-	-	0,5	3,71
Série 4	5,5	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12	-	-	0,56	4,14

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis de 30 de junho de 2017, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já "vested".

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2017 e de 2016.

	Consolidado			Total
	01/04/17 a 30/06/17			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	
Receita líquida	105.342	53.165	12.401	170.908
Custos	(98.991)	(36.946)	-	(135.937)
Lucro bruto	6.351	16.219	12.401	34.971
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.050)	(5.319)	-	(10.369)
	1.301	10.900	12.401	24.602
Despesas administrativas				(7.964)
Resultado financeiro				(1.866)
Lucro antes dos impostos				14.772

	Consolidado			Total
	01/01/17 a 30/06/17			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	
Receita líquida	187.601	85.974	34.850	308.425
Custos	(181.220)	(63.506)	-	(244.726)
Lucro bruto	6.381	22.468	34.850	63.699
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(8.244)	(9.804)	-	(18.048)
	(1.863)	12.664	34.850	45.651
Despesas administrativas				(19.474)
Resultado financeiro				(365)
Lucro antes dos impostos				25.812

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	19.551	25.475	91.847	179.139
Brasil	137.342	247.670	92.117	321.861
Chile	12.702	33.967	39.571	56.523
Peru	1.313	1.313	-	-
	170.908	308.425	223.535	557.523

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	7.615	9.399	16.212	31.750
Brasil	26.859	51.705	14.825	38.453
Chile	1.602	3.701	4.710	8.952
Peru	(1.105)	(1.106)	(1)	(6)
	34.971	63.699	35.746	79.149

	Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	3.919	3.424	5.686	17.580
Brasil	11.669	22.872	(1.013)	7.136
Chile	363	715	3.102	3.454
Peru	(1.200)	(1.234)	(271)	(286)
USA	21	35	(257)	(182)
	14.772	25.812	7.247	27.702

34. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de junho de 2017 no montante de R\$84 na controladora e R\$202 no consolidado (R\$244 na controladora e R\$266 no consolidado em 30 de junho de 2016).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$2.378 (R\$6.969 em 30 de junho de 2016).

Notas Explicativas

35. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 32).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/04/17 a 30/06/17	01/01/17 a 30/06/17	01/04/16 a 30/06/16	01/01/16 a 30/06/16
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	7.948	13.887	3.528	14.231
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	67.508.165	67.508.165	69.791.465	69.791.465
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	68.398.165	68.398.165	70.731.465	70.731.465
Lucro básico por ação - em reais	0,1177	0,2057	0,0505	0,2039
Lucro diluído por ação - em reais	0,1162	0,2030	0,0499	0,2012

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de agosto de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

T4F Entretenimento S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcos Magnusson de Carvalho

Contador CRC 1SP215373/O-9

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Correção da quantidade de ações em tesouraria.